

Deputado espera nova política para aumentar salários

BRASÍLIA — O Deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), Vice-Presidente da Câmara, informou ontem que o Projeto de Decreto Legislativo do Senado que congelava a remuneração dos parlamentares foi retirado da Ordem do Dia e só voltará por acordo de lideranças. Ele confirmou que a Mesa recebeu requerimento assinado por 130 deputados pedindo aumento salarial, mas disse que o assunto só será discutido após a aprovação da nova política salarial.

O não-pagamento do aumento aos deputados, segundo Inocêncio, é ilegal. Ele argumentou que o Projeto não foi aprovado, e a legislação determina o aumento dos salários dos parlamentares pelo mesmo índice concedido ao funcionalismo.

Se o aumento for aprovado, o salário bruto dos parlamentares, sem incluir as gratificações, passará para

NCZ\$7.700,00 — hoje é de NCZ\$5.976,00 — e o líquido para NCZ\$5.600,00. Eles receberiam ainda a diferença entre o salário reajustado e o pago em janeiro, fevereiro e março.

O congelamento foi aprovado pelo Senado diante de movimento de opinião pública contra a extensão aos parlamentares do aumento concedido ao funcionalismo. Deputados e senadores haviam acabado de aumentar substancialmente seus próprios salários, para compensar o pagamento de Imposto de Renda determinado pela Constituição.

Como o Congresso estava entrando em recesso, as Mesas das duas Casas determinaram que as remunerações fossem congeladas, até a aprovação do Decreto Legislativo. Inocêncio de Oliveira, Relator do Projeto do Senado, deu parecer contrário, aprovado por unanimidade pela Mesa da Câmara.

11 ABR 1989

01 030